



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

PT

Discurso

Luxemburgo, 10 de outubro de 2019

Discurso proferido por Klaus-Heiner Lehne, Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu relativo ao exercício de 2018 ao Conselho dos Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN)

Luxemburgo, 10 de outubro de 2019

Em caso de diferenças,
faz fé o discurso proferido.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Enquanto Presidente do Tribunal de Contas Europeu, gostaria de agradecer a V. Exas. o tempo que dedicam ao nosso Relatório Anual relativo ao exercício de 2018, no qual apresentamos a nossa avaliação da situação da gestão financeira da União Europeia.

O Tribunal auditou as contas consolidadas da UE relativas a 2018 que, na nossa opinião, apresentam uma imagem verdadeira e fiel da situação financeira da UE.

Relativamente às receitas que entram no orçamento da UE, o Tribunal não encontrou um nível significativo de erros. Por conseguinte, emitiu mais uma vez uma opinião sem reservas sobre a regularidade das receitas do orçamento da UE.

Quanto às despesas, emitiu novamente uma opinião com reservas sobre a regularidade dos pagamentos, tal como nos últimos dois anos. Por outras palavras, os erros detetados durante a nossa auditoria não eram generalizados, pelo que não dão origem a uma apresentação inexata da situação financeira real da UE.

Esta é uma das principais constatações das nossas auditorias, confirmando que a gestão financeira da UE tem melhorado sustentadamente ao longo dos últimos anos. Consideramos um sinal encorajador o facto de não só a Comissão mas também os Estados-Membros terem continuado os progressos registados nos dois anos anteriores.

Uma "opinião com reservas" significa que o Tribunal disse "sim, mas...". *Sim*, a maioria dos pagamentos foi regular, *mas* ainda existem problemas.

No que se refere às despesas, o "destaque" tradicional da nossa declaração de fiabilidade, estimamos o nível de erro em 2,6%¹. Este valor significa que estimamos que 2,6% dos pagamentos não deveriam ter sido realizados, uma vez que não foram utilizados em conformidade com as regras da União. Um nível de erro superior a 2% é considerado material.

Porém, nunca me cansarei de sublinhar que esta afirmação não significa que 2,6% dos pagamentos realizados a partir do orçamento da UE tenham sido desperdiçados. Mesmo nos casos em que as regras relativas a um determinado pagamento não tenham sido respeitadas, a despesa pode ainda assim ter alcançado o seu objetivo nesse caso específico.

¹ Limite inferior: 1,8%; nível de erro estimado: 2,6%; limite superior: 3,4%. RA, cap. 1, ponto 1.15.

Ao apresentar esta estimativa global, devemos salientar que uma parte significativa das despesas auditadas não apresentava um nível significativo de erros. Em especial, contudo, esta estimativa geral ofusca uma distinção importante: a forma de desembolso dos fundos tem um forte impacto sobre o risco de erro. Esta informação poderá ser-vos útil para a elaboração de legislação futura.

No caso das despesas sujeitas a regras complexas, o nível de erro estimado situa-se em 4,5%, o que é relativamente elevado. Essas despesas representam cerca de metade do orçamento da UE². Trata-se sobretudo de "pagamentos baseados em reembolsos", em que os beneficiários têm de apresentar declarações de custos elegíveis em que incorreram (pensem, por exemplo, em projetos de investigação ou projetos de desenvolvimento regional e rural).

Em contrapartida, o risco de erro é menos elevado no caso das despesas sujeitas a regras mais simples, sobretudo os "pagamentos baseados em direitos". Neste caso, os beneficiários recebem o pagamento desde que cumpram determinadas condições (pensem nas ajudas diretas aos agricultores ou nas bolsas de estudo).

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Durante as minhas visitas a capitais europeias, tive já a oportunidade de informar pessoalmente alguns de vós acerca da mudança no método do Tribunal de Contas no âmbito da sua estratégia plurianual. As impressões e o apoio que recebi foram extremamente positivos, e estou-vos muito grato.

O Tribunal de Contas decidiu basear a sua declaração de fiabilidade num trabalho de certificação, o que significa que, no futuro, pretende rever o trabalho de auditoria realizado por terceiros, em especial a Comissão, que por sua vez recorre aos seus próprios controlos e àqueles realizados a nível nacional por via da gestão partilhada, em vez de realizar auditorias cada vez mais trabalhosas em todos os casos em que outros já o fizeram.

Por outras palavras, pretendemos utilizar os trabalhos já realizados por outros, desde que os resultados sejam fiáveis. V. Exas. poderão ver no nosso Relatório Anual que somos muitas vezes críticos quanto aos controlos realizados pelos Estados-Membros e pela Comissão; por exemplo, existem 126 autoridades diferentes envolvidas na auditoria às despesas da Coesão a nível nacional, o que torna frequentemente difícil utilizar e basear-se ainda mais nos resultados de um trabalho deste tipo. E também é justo afirmar que a Comissão está a envidar esforços consideráveis para continuar a melhorar o trabalho realizado pelas diferentes autoridades nacionais.

Estamos, por isso, a progredir nos trabalhos com a Comissão para estabelecer as condições necessárias para avançar no sentido do trabalho de certificação. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Comissário Günther Oettinger pelo seu apoio e aguardo com expectativa a oportunidade de continuar a avançar no processo com o seu sucessor.

Gostaria agora de abordar as rubricas das diferentes políticas e destacar algumas das principais conclusões do Tribunal.

² 50,6%.

Na rubrica "Competitividade" do QFP, o Tribunal constatou um número consideravelmente mais baixo de erros do que no ano passado (2%). Os custos de pessoal inelegíveis continuam a ser a principal fonte de erros no domínio da investigação.

No domínio da Coesão Económica e Social, o Tribunal estimou um nível de erros de 5%. O número e o impacto dos erros detetados mostram que há ainda insuficiências persistentes quanto à regularidade das despesas declaradas pelas autoridades de gestão nacionais. As despesas não elegíveis nos projetos foram um dos principais problemas, o que foi agravado, em alguns países, por condições nacionais acrescidas às já complexas condições da UE ("sobreerregulamentação").

No domínio dos Recursos Naturais, o Tribunal estimou um nível de erro de 2,4%, originado por declarações de custos inelegíveis, informações inexatas sobre as superfícies ou os animais, problemas com a contratação pública e erros administrativos. No entanto, os pagamentos diretos no seu conjunto estavam isentos de erros materiais Trata-se de boas notícias.

Em matéria de Segurança e Cidadania, destacam-se as lacunas na aplicação das regras de contratação pública, mas também insuficiências nos sistemas nos Estados-Membros relativos ao Fundo para o Asilo e a Migração e ao Fundo para a Segurança Interna.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O trabalho de auditoria que hoje vos apresentei mostra que, apesar de subsistirem muitos problemas, pelo terceiro ano consecutivo a UE foi coerente no cumprimento de elevados padrões de responsabilização e transparência na utilização de fundos públicos.

Contudo, tendo em conta os desafios cada vez maiores que se colocam à União com um orçamento que corresponde apenas a cerca de 1% do Rendimento Nacional Bruto gerado por todos os Estados-Membros em conjunto, é crucial que as despesas da UE não só sejam legais e regulares, mas também que produzam resultados. E, no futuro, o Tribunal de Contas Europeu prestará ainda mais atenção precisamente a este aspeto.

Damos especial atenção ao valor acrescentado da ação da UE. Cada euro gasto a nível da UE deve trazer um valor acrescentado que não teria sido alcançado se a despesa tivesse sido realizada a nível regional ou nacional.

Gostaria de poder contar com o vosso apoio, esperando que nos apresentem ideias e sugestões para o nosso trabalho futuro.

Gostaria de terminar com uma palavra de agradecimento à presidência finlandesa do Conselho. A cooperação e interação convosco foram excelentes e, penso, mutuamente benéficas. Espero poder dar continuidade a esta excelente cooperação no próximo ano, com a presidência croata do Conselho, e aguardo com expectativa essa oportunidade.

Muito obrigado pela vossa atenção. Terei todo o prazer em responder a quaisquer perguntas ou observações.